

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS E O CICLO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE O BROTAR
NASCENTES.**

(Tema abordado sob a forma de dois artigos)

MILA FIUSA WANDERLEY

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA
2019**

PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS E O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE O BROTAR NASCENTES.

(Tema abordado sob a forma de dois artigos)

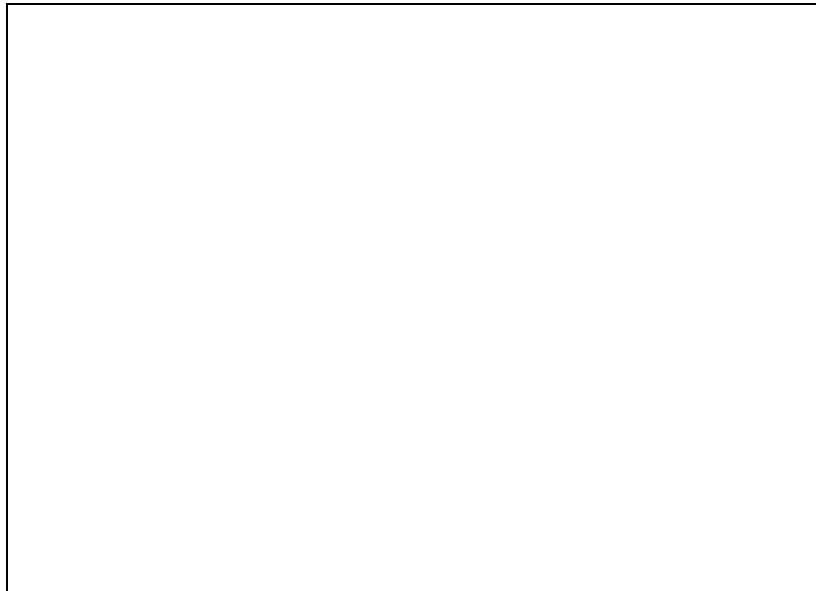
Mila Fiusa Wanderley
Engenheira Ambiental
Faculdade de Tecnologia e Ciências, 2018

Trabalho apresentado, sob a forma de dois artigos, ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientadora: Prof^a. Doutora Rosineide
Pereira Mubarack Garcia

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA



Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS E O CICLO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE O BROTAR NASCENTES.
(Tema abordado sob a forma de dois artigos)**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado
Mila Fiusa Wanderley

Aprovada em: 22 de fevereiro de 2019

Prof^a. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora

Professor Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinador Interno

Prof. Dr. Sérgio Roberto Lemos de Carvalho
Faculdade Maria Milza - FAMAM
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de mestrado não poderia chegar ao fim sem o precioso apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, quero agradecer imensamente à minha orientadora, Professora Rosineide Mubarack, por toda a paciência, empenho, sororidade e entusiasmo, se tornando uma referência de profissional e ser humano para mim. Muito obrigada por todo o conhecimento acadêmico e humano compartilhado.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em especial a Adelcio Menezes, um presente na minha vida, que me estimulou e não me deixou desistir. Abraços, cujo apoio e amizade estiveram presentes, a Márcia Bezerra e a toda equipe do Gana que possibilitaram a experiência transformadora que foi o Brotar Nascentes. Por último, quero agradecer aos meus pais que compartilharam as dificuldades encontradas neste caminhar, tornando-o mais leve e possível, aos meus irmãos pelo seu apoio e amor incondicionais, especialmente à minha filha Nina, que apesar de tão pequena me ensina diariamente sobre sonhar, não desistir e ver o mundo com mais amor e simplicidade, hoje o motivo maior de todas as minhas lutas. Por último agradeço a todos os encantados que me fortalecem diariamente de energia e luz para continuar a trilhar meu caminhar.

Isto sabemos.

Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família...

Tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos e filhas da Terra.

O homem não tece a teia da vida;

Ele é apenas um fio.

Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo.

TED PERRY, inspirado no Chefe Seattle

APRESENTAÇÃO

O material aqui apresentado representa o requisito de conclusão do curso de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social concedido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O cumprimento de tal requisito se dá em forma de produção e apresentação de dois artigos científicos intitulados: **O Ciclo de Formação do Projeto Brotar Nascentes a Partir da Política Nacional de Meio Ambiente**, artigo a ser publicado na **Revista de Políticas Públicas** e **O Projeto Brotar Nascente e a Proposição de Indicadores Avaliativos** a ser publicada na **Revista Brasileira de Educação do Campo**.

Os artigos discorrem sobre as políticas públicas relacionadas ao Projeto Brotar Nascentes, projeto de recuperação ambiental realizado pelo Grupo Ambientalista Nascentes – GANA, uma ONG ambientalista de Santo Antônio de Jesus que atua na cidade e região. No primeiro, apresenta-se um estudo das políticas ambientais brasileiras e sua aplicação no referido projeto. No segundo, discute-se uma proposição de indicadores avaliativos que, adequados ao Projeto Brotar Nascentes, possa servir como modelo para a avaliação de outros projetos semelhantes.

O CICLO DE FORMAÇÃO DO PROJETO BROTAR NASCENTES A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Mila Fiusa Wanderley Rocha¹

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rosineide Pereira Mubarack Garcia²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

Este artigo discorre sobre o Brotar Nascentes, projeto socioambiental, executado em comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus/Bahia, pelo Grupo Ambientalista Nascentes (GANA), selecionado no Programa Petrobras Ambiental, ação de implementação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Estuda o ciclo desta Política desde a identificação do problema até a sua implementação. A pesquisa bibliográfica e documental foi desenvolvida a partir de referências como Santilli (2001), Saravia (2006), Secchi (2013) e outros autores além de documentos do GANA, 2010 -2015, se deu de forma descritiva, delineando a necessidade de impulsionar políticas que fomentem o respeito à cultura local e à preservação o meio ambiente. A partir dos estudos realizados, entende-se que necessário pensar num modo de vida mais sustentável, com respeito e responsabilidade pela vida, pela qualidade ambiental e pelo futuro partindo de ações desenvolvidas por organizações que fomentam a política pública deste segmento.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Política Ambiental, Socioambientalismo.

TRAINING CYCLE OF THE PROJECT BROTAR NASCENTES FROM THE NATIONAL ENVIRONMENTAL POLICY

ABSTRACT

This article discusses the Brotar Nascentes, socioenvironmental project, executed in the rural communities of Santo Antônio de Jesus / Bahia, by the Nascent Environmental Group (GANA), selected in the Petrobras Environmental Program, an action to implement the National Environmental Policy. It studies the policy cycle from problem identification to implementation. Bibliographical and documentary research was developed from references such as Santilli (2001), Saravia (2006), Secchi (2013) and other authors in addition to the GANA documents, 2010-2015, in a descriptive way, outlining the need to promote policies that foster respect to the local culture and the preservation of the environment. From the studies carried out, it is understood that it is possible to think of a more sustainable way of

¹ Mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universalidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e-mail: milafw@gmail.com;

² Profª. Doutora do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), rose.mubarack@ufrb.edu.br.

life, with respect and responsibility for life, environmental quality and the future, starting with actions developed by organizations that promote public policy in this segment.

Keywords: Public Policy, Environmental Policy, Socioenvironmentalism.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930 tem início a trajetória da política ambiental brasileira, quando os primeiros atos normativos relacionados à gestão dos recursos naturais começaram a ser elaborados, tais como o Código de Águas e o Código Florestal que foram instituídos em 1934. Desde então, importantes instrumentos legais foram estabelecidos e políticas públicas foram institucionalizadas com a temática ambiental, culminando no que se considera a mais relevante delas, que é a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída em 1981.

De acordo com Câmara (2013), atualmente existe um movimento comum em diversos países no sentido de reduzir o papel do Estado, na medida do possível, e com características próprias a cada país, do pensamento liberal que ressurgiu no contexto econômico atual com a emblemática expressão “Estado Mínimo”. Ao mesmo tempo, cresce consideravelmente a participação da sociedade civil na formulação e execução das políticas públicas, provocando mudanças significativas na composição dos atores sociais e tomadores de decisão nestes países, na verdade, a adesão à causa ambientalista, geralmente acompanhada da participação das organizações não governamentais (ONG’s), foi, e talvez ainda seja, um dos fatores explicativos da expansão do interesse pelas questões ambientais entre os cientistas sociais brasileiros (COSTA; ALONSO, 2002).

Neste sentido, este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do Projeto Brotar Nascentes (PBN), executado pelo Grupo Ambientalista Nascentes (GANA), uma ONG, sem fins lucrativos, executado em doze comunidades rurais do município de Santo Antônio de Jesus, no recôncavo baiano, com o objetivo de recuperar nascentes e corpos hídricos, além de promover ações de educação ambiental junto aos agricultores familiares, jovens e crianças. De acordo com relatórios do PBN, o mesmo foi realizado no período entre 2010 e 2012 e em seguida entre 2013 e 2015, com o apoio do Programa Petrobras Ambiental em parceria com o Governo Federal, selecionado em chamamento público por duas vezes consecutivas. Na primeira etapa, o Projeto recebeu um aporte de aproximadamente R\$ 900.000,00 para execução das ações, já na segunda foram investidos a quantia de R\$1.112.674,80 (GANA, 2015).

Segundo a versão original do Projeto aprovado no âmbito do Programa Petrobras Ambiental, o PBN foi planejado a partir de valores intrínsecos ao GANA como a promoção e incentivo à participação de todos os envolvidos, construção coletiva e para além das questões ambientais, foco nos aspectos sociais do seu público alvo, comungando dos princípios do socioambientalismo trazido por Guimarães (2001) e por Santilli (2005). O primeiro autor considera que as políticas públicas de meio ambiente devem incluir e envolver também as comunidades tradicionais rurais, considerando serem as detentoras de saberes e práticas de manejo ambiental verdadeiramente sustentável, além de considerarem que o desenvolvimento deve ir além da sustentabilidade ambiental, limitada à preservação da biodiversidade e dos seus processos. Nesse sentido, deve-se inserir a sustentabilidade social nas discussões, interferindo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, promovendo valores de justiça social, equidade e autonomia. A partir dos apontamentos de Santilli (2005), entende-se que as políticas públicas ambientais só alcançam eficácia social e sustentabilidade política ao incluírem as comunidades locais e promoverem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais.

O estudo de projetos socioambientais, como o Brotar Nascentes, enquanto instrumentos de implantação da Política Nacional de Meio Ambiente e de outras políticas ambientais pode ser capaz de incentivar, fortalecer e até mesmo direcionar outras ações socioambientais, já que a subjetividade e as particularidades do tema dificultam a padronização de um método de execução desta política, considerando que muitas são as variáveis e as especificidades a começar pela diversidade ambiental, propriamente dita e pelos aspectos sociais peculiares a cada público-alvo.

Partindo do PBN, este artigo realiza um estudo relativo ao processo de concepção dos projetos socioambientais enquanto elementos das Políticas Socioambientais, no contexto da Política Nacional de Meio Ambiente. Para tanto, o presente artigo está dividido em duas seções, além dessa introdução, apresenta no primeiro momento, os aspectos conceitual e histórico da Política Ambiental no Brasil, contextualizando-a no arcabouço da concepção e ciclo das políticas Públicas e projetos socioambientais, logo após apresenta-se o histórico do PBN e sua interação com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNRA). Por fim, serão apresentadas nas considerações finais pontos relevantes acerca da temática abordada.

2. POLÍTICA, PROGRAMA E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil o processo de formulação e execução das políticas públicas se aprimoram continuamente, tendo início a partir de um modelo autoritário e burocrático e paulatinamente sendo substituído por processos participativos e mais democráticos, seguindo a tendência das políticas internacionais. Estas mudanças são reflexos dos problemas econômicos, sociais e ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento baseado na economia neoclássica, de caráter imediatista, com foco no lucro e sem qualquer compromisso com as causas ambientais. (CÂMARA, 2013). A adoção deste modelo e os problemas gerados por ele fomentaram o surgimento de diversos movimentos sociais que passaram a pressionar com mais força na década de 1960, e até os dias de hoje pressionam as estruturas de poder centralizadas e autoritárias, induzindo transformações de caráter político, jurídico e institucional. Desta maneira, forçam-se mudanças estruturais e no papel do Estado com desdobramentos significativo na economia mundial (CÂMARA, 2013).

Desta maneira, a construção da política ambiental também pode ser considerada como reflexo deste processo, ganhando corpo a partir dos anos 80, em especial em países com trajetórias de inflações elevadas, a exemplo dos países da América Latina. Ainda contribuiu para a importância do estudo das políticas públicas, o fato de que os países em desenvolvimento e de democracia recentes ou recém-redemocratizados ainda não conseguiram estabelecer políticas capazes de garantir um efetivo desenvolvimento econômico e tampouco promover a inclusão social de grande parte da sua população. No entanto, o formato das políticas e os parâmetros utilizados nas suas decisões, elaboração e implementação, certamente, contribuem para os resultados dos conflitos inerentes às prioridades no direcionamento das políticas públicas (CÂMARA, 2013).

Entre as definições da política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, temos o estudo de Secchi (2014), que apresenta duas abordagens: a estatista, (*state centered policy-making*) que “considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais” e a abordagem multicêntrica, que “considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (SECCHI, 2014, p.2).

Saravia e Ferrarezzi (2006), por sua vez, definem políticas públicas como sendo um fluxo de decisões públicas, direcionado para a manutenção do equilíbrio social ou à

introdução de desequilíbrios destinados a modificar a realidade. Trata-se, portanto, de decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e mudanças que provocam na sociedade, assim como pelo conjunto de valores, ideias e visões dos envolvidos no processo decisório. Podem ser consideradas como um conjunto de estratégias que apontam para diversos fins, seja para a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder ou até mesmo a felicidade das pessoas. Sendo assim, é um sistema de decisões públicas que objetiva ações ou omissões, corretivas ou preventivas, incumbidas de manter ou alterar a realidade de um ou vários setores da vida social, a partir da definição de objetivos e estratégias de intervenção e alocação de recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Os autores citados concordam sobre o conceito geral e principalmente sobre o papel transformador e essencial que as políticas públicas representam para a sociedade. Propondo que o formato e suas implicações irão variar a partir de cada sociedade, considerando o grau de maturidade, do engajamento social, dos atores envolvidos, dos problemas a serem enfrentados e principalmente das decisões do governo enquanto detentor do poder decisório, todos estes aspectos definem os resultados que podem ser alcançados.

Para fins de tratamento das políticas, neste artigo será considerada a abordagem multicêntrica sugerida e defendida por Secchi (2014), mas que também permeia o conceito de Saravia e Ferrarezzi (2006), que pondera alguns aspectos fundamentais, começando pelo enfoque mais interpretativo e, por consequência, menos positivista, do que seja a política pública, evita julgamento acerca da personalidade jurídica de uma organização antes de enquadrar suas políticas como sendo pública, por esta abordagem apresentar implicação em um espectro grande de fenômenos e por fim porque “o papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país” (SECCHI, 2014, p. 3).

Oszlak (1982) sugere que a implementação de políticas públicas historicamente é considerada como a esfera própria da atividade da administração pública, mais especificamente, do Poder Executivo. As relações entre Estado e Sociedade neste processo, normalmente representam a vontade dos grupos que estão no poder. Para Hofling (2001), as políticas públicas são de responsabilidade do Estado tanto na implementação quanto na manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diversos outros agentes sociais que possuem relação com a política implementada.

Secchi (2014) conceitua o processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) ou ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) dentro de um esquema de visualização e interpretação em etapas contínuas e interligadas. Para o autor, o *policy cycle* inicia-se com a identificação do problema, o que constantemente acontece por parte das organizações não governamentais, partidos políticos ou agentes públicos, após esta fase, ocorre a inclusão na agenda pública, que pode acontecer na forma de projeto, planejamento orçamentário, estatuto partidário entre outras, o próximo passo é a formulação de alternativas para a sua solução quando são traçados os objetivos, estratégias e possíveis consequências para cada solução, este processo culmina na tomada de decisão, momento em que os interesses dos atores são equacionados e os métodos são definidos, finalizando assim a etapa teórica e de planejamento da política.

A etapa seguinte é a implementação, quando de fato as ações são colocadas em prática e os resultados são obtidos, ou não, nesta fase também os planos “caem por terra”, leis não vão adiante ou projetos são desvirtuados, o estudo e monitoramento desta etapa é crucial para o alcance de resultados efetivos. Finalizando o ciclo, tem-se a etapa de avaliação da política quando são de fato mensurados o estado da política e o nível de contribuição das ações diante da redução do problema gerador (SECCHI, 2014).

Neste sentido, Saravia e Ferrarezzi (2006) também apresentam o ciclo da política em etapas similares. O quadro 1, sintetiza as contribuições dos autores e foi elaborado com o intuito de utilizá-lo para o estudo do caminho que possibilitou o acontecimento do PBN e de tantos outros projetos socioambientais tendo como ponto de partida a Política Nacional de Meio Ambiente.

Quadro 1 - Etapas e produtos para o estudo do caminho percorrido até o PBN

Etapa	Produtos
1. Agenda: Inclusão do pleito ou necessidade social na agenda, do poder público;	Identificação do problema público;
2. Elaboração: Identificação e Delimitação do problema;	Alternativas, avaliação dos custos e efeitos e definição de prioridades;
3. Formulação: seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente;	Definição dos objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro;
4. Implementação: planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para a execução;	Elaboração de todos os planos, programas e projetos;
5. Execução: conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política;	Estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e

	especialmente, a análise da burocracia;
6. Acompanhamento: processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes);	Informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos;
7. Avaliação: mensuração e análise.	Reconhecimento dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas.

Fonte: Adaptado de Saravia e Ferrarezzi (2006)

A partir das propostas de ciclo das políticas públicas apresentadas, no item a seguir foi delineado o caminho percorrido desde a etapa inicial da “identificação do problema” até a etapa final de avaliação do Brotar Nascentes, enquanto projeto que faz parte de uma ação de implementação da Política Nacional de Meio Ambiente e conseqüentemente está inserido em seu ciclo.

3. PROJETO BROTAR NASCENTES

Antes de discorrer sobre o caminho percorrido da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) até o PBN, é necessário definir o conceito de governança ambiental como sendo “o arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera das políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico” (CAVALCANTE, 2004).

Um aspecto muito relevante para a eficiência da governança socioambiental é o desenvolvimento de elementos de gestão participativa durante o processo, o envolvimento dos atores sociais e sua diversidade, ou seja, representantes dos segmentos da iniciativa privada, setor público e sociedade civil definindo papéis e responsabilidades, o rumo das ações e o desenho das estruturas de governança determinando, assim, a aplicabilidade das ações. A inclusão da temática ambiental na agenda de discussões do poder público no Brasil, assim como as demais políticas, foi desenhada a partir de uma base política-institucional pautada na história do país, alicerçada no papel controlador do Estado, que fortalece as bases da governabilidade (conjunto de condições necessárias ao exercício do poder) e da governança (CÂMARA, 2013).

Desde o período que se convencionou como o descobrimento do Brasil e a chegada dos primeiros colonizadores até os dias de hoje, a natureza é alvo de exploração para fins econômicos, como exemplo da exportação do pau-brasil, que possuía valor por sua madeira

ou pela extração de seus pigmentos como corante. Ao longo de todo esse período diversas são as formas e fases de extração e exploração dos recursos naturais gerando assim a problemática ambiental que embasa a legislação ambiental brasileira e conseqüentemente a governança ambiental (CÂMARA, 2013).

A governança sobre os recursos naturais tem características estritamente utilitaristas, ou seja, relação de servidão para com o sistema, ao mesmo tempo, sem qualquer compromisso com a sustentabilidade e a perenidade dos recursos, associado a baixos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia voltados para a construção de modelos de produção menos degradantes. Por conta deste modelo de desenvolvimento econômico, de acordo com o ICMBio (2016), no Brasil atualmente 1.173 espécies da fauna ameaçadas de extinção e 10 são consideradas extintas, espécies da flora foram extintas, rios se transformaram em esgoto como o Rio Mutum, que atravessa Santo Antônio de Jesus que de acordo com Bezerra, (2007), recebe grande parte do esgoto das residências do município, entre tantas outras perdas dos recursos naturais e culturais.

Em 1988, com o advento da nova Constituição Federal, que se destaca no processo de elaboração das políticas de meio ambiente por colocar o tema em destaque, evidenciando um capítulo inteiro relacionado às questões ecológicas. Seu texto destaca a Política Nacional de Meio Ambiente e merece ênfase também o fato de anos antes ter ocorrido a criação, na Organização das Nações Unidas (ONU), da Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1983, e do Relatório Brundtland (1987, p.46) que, em 1987, apresentou e defendeu pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável” como “aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades”. O próprio relatório Brundtland dispensa vários tópicos para a discussão sobre poluição do ambiente, a rápida devastação dos recursos ambientais como o solo, o ar e a água e o risco de exaurimento dos recursos naturais do planeta (CMMAD, 1988).

A partir da formulação da Política Nacional de Meio Ambiente “a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma possam causar degradação ambiental”, se viram obrigadas a adequar suas atividades por meio de instrumentos como o licenciamento ambiental e a considerar as dimensões socioambientais, para além da dimensão econômica, sendo um dos objetivos da PNMA a “compatibilização do desenvolvimento

econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (BRASIL, 1981).

Para Câmara (2013), a Constituição Federal, de 1988, colocou o meio ambiente no centro das decisões políticas e formalizou a ligação entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Paulatinamente, esta visão integrada ocupa o espaço da abordagem desenvolvimentista clássica até então utilizada.

A partir de então tem início a fase de implementação. Como exemplo, tem-se o caso da indústria do petróleo, que apesar de trabalhar com matérias primas e produtos de origem não-renovável, que são os combustíveis fósseis, é possível empregar práticas e ações preventivas que reduzam consideravelmente o impacto de suas operações, particularmente, aquelas voltadas à eco eficiência, isto é, à melhor utilização dos recursos naturais e a minimização do desperdício, e ao uso de fontes alternativas de energia.

Em certo grau, as grandes companhias procuram compensar seu passivo ambiental apoiando projetos sustentáveis promovidos por organizações do Terceiro Setor. Com isso, acreditam estar atendendo as duas dimensões: a ambiental e a social, sem que para isso seja necessário realizar alterações significativas de caráter técnico e organizacional, sob risco de comprometer sua posição competitiva e, conseqüentemente, seu desempenho econômico (BAYARDINO, 2004).

A Petrobrás é a maior indústria produtora de petróleo no Brasil, sendo uma sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada em segmentos relacionados à indústria de óleo, gás e energia: exploração e produção; refino, comercialização, transporte e petroquímica; distribuição de derivados; gás natural e energia (PETROBRÁS, 2001).

Apesar da PNMA datar de 1982, apenas no ano 2000 a Petrobrás implementou um Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pégaso), abrangendo as áreas de: prevenção, contingência, resíduos, efluentes, emissões, gestão, relacionamento com a sociedade, segurança do trabalho, agindo nas áreas: preventiva, gerencial, emergencial e de prevenção de acidentes. Estreitando assim o relacionamento com a sociedade civil organizada a partir de convênios firmados com ONGs, Universidades, Governo e Comunidades (PETROBRÁS, 2001).

De acordo com informações do site da Organização, como parte das ações da Petrobras que objetivavam compensar os danos ambientais provocados por sua atividade e especialmente após estes desastres, no período de 2007 a 2013, a Petrobras juntamente com o governo federal desenvolveu o Programas Petrobras Ambiental e Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, mais tarde reunidos no Programa Petrobras Socioambiental, investiram conjuntamente R\$ 2,4 bilhões em projetos sociais e ambientais das 27 unidades da federação e nos seis biomas brasileiros, a partir de 2013, estes programas foram reunidos no Programa Petrobras Socioambiental, entre 2013 e 2017, quando R\$ 850 milhões foram investidos em projetos socioambientais³.

Nos anos de 2010 e 2013, a seleção do Brotar Nascentes aconteceu por meio do Programa Petrobras Ambiental e a Petrobras (2012), afirmou ter contribuído para o desenvolvimento sustentável, integrando os processos produtivos e do meio ambiente e destaca que “entre 2003 a 2012, realizamos cinco seleções públicas, apoiando e articulando iniciativas que oferecessem soluções e alternativas com potencial transformador e em sinergia com políticas públicas” (PETROBRAS, 2012).

Apesar da evolução do arcabouço legal e dos incentivos, principalmente por meio de editais de chamamento público, como o Petrobras Ambiental, ainda são muito pontuais e restritos os recursos para atuação das ONG´s socioambientalistas.

O Programa está alinhado ao nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG 2018-2022) e à nossa Política de Responsabilidade Social, que preconiza o compromisso de fornecer energia, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades e superando os desafios de sustentabilidade (PETROBRAS, 2001,s.n.).

Para Frasson (2001), as Organizações da Sociedade Civil (OSC) representam a parceria entre o Estado e a sociedade civil no sentido de transferir recursos e responsabilidades do Estado para estes grupos, principalmente no que tange à execução de políticas públicas. O sucesso está diretamente ligado à forma como os recursos são aplicados pelas organizações, ao cumprimento dos objetivos previstos e à geração de benefícios e mudanças significativas e perenes.

³ Informações obtidas na página do Programa. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

O PBN, realizado pelo GANA foi por duas vezes patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental sendo uma iniciativa conjunta entre organizações da sociedade civil e poder público com o objetivo de promover a recuperação de nascentes e cursos d'água através da recomposição da mata ciliar e envolvimento das comunidades locais. O projeto foi selecionado pelo programa e executado por duas vezes consecutivas em doze comunidades rurais do município de Santo Antônio de Jesus, recôncavo baiano, no período entre 2010 a 2012 e 2013 a 2015 (GANA, 2012; GANA, 2015).

As comunidades que participaram do projeto são formadas por pequenos produtores que sobrevivem da agricultura familiar. É frequente a observação de áreas de lavoura, principalmente mandioca e laranja, além de pastagens chegando até as margens de córregos, nascentes e rios. Em alguns locais percebe-se o desvio dos cursos d'água e mais grave ainda, o aterramento de nascentes. A mandioca é o produto agrícola mais importante para a região e seus derivados podem ser facilmente encontrados em todas as feiras e mercados. Vale ressaltar que a mandioca é beneficiada nas casas de farinha da própria região, hoje já motorizadas e buscando a produção industrial (GANA, 2012).

Na maioria destas propriedades constata-se a inexistência de áreas preservadas, sendo verificada ainda, a avançada degradação dos solos em face dos processos erosivos, resulta na diminuição da produtividade. Nestes lugares aproximadamente 1000 famílias vivenciam no dia a dia os sintomas da escassez da água devido à degradação das matas ciliares que protegem as nascentes e cursos d'água. Outro aspecto é que os recursos hídricos possuem características desiguais, algumas comunidades apresentam limitação do uso da água devido à sua escassez e em outras existe a falta de potabilidade para o uso humano (GANA, 2012).

Na maior parte dos casos, contaminantes orgânicos e/ou químicos provenientes da agricultura reduziram significativamente a qualidade da água existente, assim como o seu volume nos mananciais foi reduzido, principalmente pela degradação ambiental provocada pela perda da vegetação marginal. Há relatos de moradores nativos que outrora certos cursos d'água eram profundos e piscosos e hoje são transpostos com “água nos tornozelos” (GANA, 2012).

No intuito de promover em algum grau a melhoria da qualidade ambiental destas comunidades, o PBN realizou atividades de recuperação da vegetação por meio do uso de Sistemas Agroflorestais em 28,5 hectares da mata ciliar no micro bacias do rio da Dona e rio

Taitinga, numa área onde residem 4.550 pessoas que necessitam da terra para a prática da agricultura de subsistência e comercial, porém onde se encontram nascentes, represas e cursos de rios em estágios avançados de degradação. Neste contexto, as ações foram realizadas com o foco em evitar a perda de área agricultável, o que resultaria em grande resistência dos pequenos produtores. Por isso, o projeto utilizou alternativas que compensassem ou viabilizasse economicamente as propriedades rurais, de modo que a recuperação das áreas degradadas foi realizada de forma menos onerosa para o agricultor (GANA, 2012).

Um Sistema Agroflorestal (SAF) cumpre razoavelmente as funções ecológicas necessárias para uma mata ciliar e para a manutenção do ecossistema. Segundo Altieri (2012), o SAF representa um modelo de uso integrado da terra, adequado principalmente às áreas próximas a cursos d'água e a baixo uso de insumos, com o objetivo de otimizar as relações entre a cobertura vegetal, agrícola e criação de animais, capaz de obter produção equivalente à monocultura, porém em melhor condição econômica, ecológica e social.

De acordo com os relatórios enviados pelo GANA à Petrobras, pelo seu sistema *online* de Monitoramento e Avaliação do Investimento Ambiental (MAIA), alimentado a cada três meses pela coordenação do projeto, durante o período de execução do mesmo, muitas ações foram realizadas junto às comunidades, abaixo estão relacionadas algumas, que são consideradas apresentam e demonstram o aspecto socioambiental do projeto (GANA 2012; GANA 2015).

Foram realizados 19 cursos de formação para práticas agroecológicas a exemplo de técnicas sustentáveis para manejo agroflorestal; gestão sustentável de SAF; beneficiamento de frutas da região; técnicas agroecológicas de manejo do solo; técnicas conservacionistas de manejo de solo; substitutos ao uso de agrotóxicos; cultura sustentável da mandioca; práticas eco eficientes nas propriedades rurais entre outros. Destes cursos participaram aproximadamente 250 pessoas entre agricultores locais, lideranças comunitárias e jovens com carga horária de 8 horas e foram ministrados por técnicos da equipe do projeto junto com professores do Instituto Federal Baiano.

Ministrou-se aproximadamente 30 palestras para educação ambiental em escolas e associações rurais, tendo envolvido mais de 1000 pessoas, entre professores, pais, alunos e agricultores nestas palestras, tendo sido tratados temas manejo sustentável do solo e recursos hídricos, cuidados com o lixo, de onde vem a água da comunidade, entre outros. Aconteceram

14 oficinas práticas junto a escolas com carga horária de 4 horas cada, com temas como compostagem, hortas comunitárias nas escolas e recuperação de nascentes e corpos hídricos, quando foram envolvidas mais de 500 estudantes entre jovens e crianças.

Promoveu-se 05 dias de campo, tendo participado mais de 150 agricultores no total, eles visitaram propriedades rurais que já praticam agricultura sustentável, agroecologia e sistema agroflorestal. Estas visitas técnicas proporcionaram a interação entre conhecimentos e práticas sustentáveis de agricultura e preservação ambiental entre os agricultores do projeto e outros grupos correlatos, como o Projeto Mãe Terra, na cidade de Ubaíra, Gambá em Elísio Medrado e propriedades particulares em Amargosa, por exemplo.

Foram realizados 06 encontros para troca de saberes entre as comunidades rurais, quando aproximadamente 120 agricultores foram estimulados a investigar a realidade presente em sua localidade, seu cotidiano, encontrando algumas manifestações de problemas sociais e ambientais que perfazem a região. Em seguida, a problematização foi elevada a um âmbito conjuntural, onde foi feito um exercício de relacionar as manifestações de degradação das nascentes e margens dos rios presentes na localidade a um contexto maior de crise ambiental.

14 cartilhas educativas e informativas foram elaboradas e distribuídas nas escolas rurais e urbanas e em eventos, cursos e palestras, as cartilhas tiveram temas como “Consumo Consciente”, “Controle Alternativo de Pragas e Doenças da Lavoura”, “Sistemas Agroflorestais”, “Recuperação e Cuidados com as Nascentes”, “De Olho no Meio Ambiente” que foi produzida a partir de desenhos e textos das crianças, entre outras, todas foram construídas a partir dos cursos e oficinas ministradas, considerando a realidade e o saber local.

Mais de 90 espécies, na grande maioria da mata atlântica, foram plantadas, algumas destas consideradas pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira (2008) como em situação vulnerável a extinção como a Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) e o Pau Brasil (*Caesalpinia echinata*). Mais de 40.000 mudas foram produzidas pelo viveiro próprio e plantadas totalizando uma área de mais de 50 hectares em margens de rios e ao redor de nascentes, o plantio foi realizado junto com os proprietários e em mutirão com a comunidade e alunos de escolas da zona rural e urbana.

O caráter socioambiental do projeto se mostra ao passo que em todas as ações o aspecto social é considerado, o público alvo não se apresenta de maneira passiva, mas sim

participativa e atuante, os valores culturais são colocados em primeiro plano assim como os saberes locais e a variável da sustentabilidade econômica. As ações mostradas aqui não esgotam o arcabouço de atividades do PBN, mas demonstram de maneira sucinta a sua relevância.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ciclo das políticas públicas a partir da contextualização da PBN diante da PNMA constituiu-se o foco deste estudo. Foi possível delinear o caminho conduzido desde o início das discussões sobre as questões ambientais, quando inicia o ciclo desta política, até a sua fase de implementação por meio de projetos socioambientais, realizados por iniciativa da sociedade civil, exemplificado pelo PBN, objeto de observação deste trabalho.

Foi realizada ainda uma revisão de conceitos relevantes como socioambientalismo e governança ambiental, a fim de fundamentar tal discussão. Observou-se ainda que os projetos idealizados e realizados por ONG's podem contribuir significativamente para a solução de problemas ambientais e para a construção de uma nova relação homem x natureza, principalmente nos assuntos relacionados para a transição de um novo modelo produtivo.

Os resultados encontrados a partir do estudo dos relatórios e documentos do Projeto Brotar Nascentes indicam que ações desenvolvidas de forma conjunta entre atores diversos apresentam grande potencial transformador junto a comunidades rurais, por exemplo. Sobretudo as que tratam da concretização das ações de implementação da PNMA e dos seus princípios e para, além disso, na formação de uma equação mais equilibrada entre os três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social.

Algumas dificuldades neste processo foram identificadas, como a descontinuidade dos financiamentos, no caso do Programa Petrobras Ambiental o período para a execução dos projetos foi de apenas 02 (dois) anos, o que certamente é insuficiente para a efetividade e solidificação das ações desenvolvidas, em se tratando dos objetivos principais do PBN que esteve relacionado a formações que fomentavam a transição de modelo produtivo, resgate de identidade e saberes e na recuperação de fragmentos de ecossistemas. Outro aspecto relevante é a necessidade de um processo avaliativo mais efetivo envolvendo os diversos atores, não apenas um cumprimento de metas ou prestação de contas, o que poderia ser capaz de atestar ou não a relevância destes projetos como de impactos positivos na vida não apenas do seu

público alvo direto ou para o meio ambiente local, mas ações como estas podem ser capazes de reverberar resultados ao longo de muitos anos e extrapolar os limites da sua área de atuação.

A partir das considerações realizadas até então, entende-se que é possível pensar num modo de vida mais sustentável, impregnado de valores de respeito e responsabilidade pela vida em todos seus aspectos, pela qualidade ambiental e pelo futuro, sobretudo, quando tais ações são estruturadas em políticas públicas ambientais consolidadas no cenário nacional, ressaltando a importância da atuação da sociedade civil organizada na forma de ONG's, atuando localmente em prol de sua própria comunidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BAYARDINO, R. **A Petrobrás e o desafio da sustentabilidade ambiental**. 2004. 65 f. Monografia. (Bacharelado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/a_petrobras_e_o_desafio_da_sustentabilidade_ambiental.pdf> acesso em 08 de maio de 2018.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1981. 23 p. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/L6938.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BEZERRA, Márcia. **Análise socioambiental da porção urbana do Rio Mutum, Santo Antonio de Jesus, Bahia**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp035719.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

CAVALCANTE, C. 2004. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, vol. 1, p. 1-10. 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988. 383 p.

CÂMARA, J. B. D. Governança Ambiental no Brasil: Ecos do Passado. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/08.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

CAVALCANTE, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004.

COSTA, V.; ALONSO, A. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. **Ecología política**. Naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 115-135.

FRASSON, I. **Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais**. 2001. 170 f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2001. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82184> . >. Acesso em: 22 de julho de 2018.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Projeto Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2010. p.1-32.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Projeto Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2012. p.1-35.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Relatório Final Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2012.

GANÁ - Grupo Ambientalista Nascentes. **Relatório Final Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2015.

GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs). **O desafio da**

sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

HOFLING, H. M. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. 1. ed. Brasília: ICMBio, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf>. Acesso em: . 08 de julho de 2018.

MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. 1. ed. Brasília: MMA, 2008. 1420 p. 2v. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/livro-vermelho/volumeI/vol_I_parte1.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2018

OSZLAK, O. Políticas Públicas E Regimes Políticos: Reflexões a Partir de Algumas Experiências Latino-Americanas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 17-60, mar. 1982.

Petrobrás Brasileiro S.A. **Relatório Anual de Atividades**. Rio de Janeiro, RJ: Petrobrás, 2001. Disponível em: < <http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

Petrobrás Brasileiro S.A. **Relatório Anual de Atividades**. Rio de Janeiro, RJ: Petrobrás, 2000. Disponível em: < <http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

Petrobrás Brasileiro S.A. **Programa Petrobras Socioambiental**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

SARAVIA, H.; FERRAREZI, E. **Coletânea de Políticas pública**. 1. ed. Brasília: ENAP, 2006. 261 p. 2 v.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 188 p.

O PROJETO BROTAR NASCENTES E A PROPOSIÇÃO DE INDICADORES AVALIATIVOS

ANALYSIS OF THE EVALUATION INDICATORS OF THE PROJECT SPROUTING SPRINGS

EL PROYECTO BROTAR MUELLES Y LA PROPOSICIÓN DE INDICADORES EVALUACIÓN

Mila Fiusa Wanderley Rocha⁴

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rosineide Pereira Mubarack Garcia⁵

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo

O presente artigo tem como objetivo contribuir para o debate sobre a avaliação enquanto etapa do ciclo das políticas públicas, tendo como ponto de partida Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), uma vez que, tal política norteou as ações do Projeto Brotar Nascentes (PBN), projeto socioambiental, executado em doze comunidades rurais do município de Santo Antônio de Jesus, Bahia. A partir do resgate histórico da política de ATER, assim como, discussão de seus conceitos e princípios associado a um levantamento documental, propõe-se indicadores a serem utilizados para a avaliação das ações do projeto e seus resultados. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica e documental a partir dos relatórios de monitoramento do aludido Projeto e referencias como Altieri (2012), Franco & Cohen (2013) e Peixoto (2008). Nesse contexto, estudou-se os indicadores de avaliação de projetos de ATER, constando-se a necessidade de avaliar de forma participativa projetos desta natureza.

Palavras-chave: Política pública, indicadores, socioambiental.

Abstract

The objective of this article is to contribute to the debate about the evaluation as a stage of the public policy cycle, starting with the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension (ATER), since this policy guided the actions of Projeto Brotar Nascentes (PBN), socioenvironmental project, executed in twelve rural communities of the municipality of Santo Antônio de Jesus, Bahia. From the historical rescue of the ATER policy, as well as a discussion of its concepts and principles associated with a documentary survey, it is proposed to use indicators to evaluate the actions of the project and its results. For that, a bibliographical and documentary research was used from the monitoring reports of the aforementioned Project and references such as Altieri (2012), Franco & Cohen (2013) and Peixoto (2008). In this context, the ATER project evaluation indicators were studied, with the need to evaluate participatory projects of this nature.

⁴ Mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universalidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e-mail: milafw@gmail.com;

⁵ Profª. Doutora do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), rose.mubarack@ufrb.edu.br.

Keywords: Public policy, indicators, socio-environmental.

Keywords: Public policy, indicators, socio-environmental.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo contribuir al debate sobre la evaluación como etapa del ciclo de las políticas públicas, teniendo como punto de partida Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER), una vez que dicha política orientó las acciones del Proyecto Brotar (PBN), proyecto socioambiental, ejecutado en doce comunidades rurales del municipio de Santo Antônio de Jesús, Bahía. A partir del rescate histórico de la política de ATER, así como, discusión de sus conceptos y principios asociados a un levantamiento documental, se proponen indicadores a ser utilizados para la evaluación de las acciones del proyecto y sus resultados. Para ello, se utilizó una investigación bibliográfica y documental a partir de los informes de monitoreo del aludido Proyecto y referencias como Altieri (2012), Franco & Cohen (2013) y Peixoto (2008). En ese contexto, se estudiaron los indicadores de evaluación de proyectos de ATER, constando la necesidad de evaluar de forma participativa proyectos de esta naturaleza.

Palabras clave: Política pública, indicadores, socioambiental.

Palabras-clave: Public Policy, indicadores, socio-auge.

1. INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 40 anos, foram institucionalizadas ações de extensão rural no Brasil. Desde então este tema está em permanente discussão, seja na academia, entre os formuladores de políticas públicas, movimentos sociais ou os extensionistas. Existem muitos estudos, no Brasil e no exterior, que abordam sistemas e modelos, contextos históricos, metodologia de atuação, formas de organização entre outros aspectos. Apesar de um extenso arcabouço da literatura, ainda há uma carência de estudos sobre esta atividade (Peixoto, 2008).

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foram efetivamente institucionalizados ao longo das décadas de 50 e 60, quando foram criadas, nos Estados as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), “estas associações eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros” (Peixoto, 2008, p.01).

Da institucionalização à promulgação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2010, as ações de ATER concentravam ênfase específica na disseminação e adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, constituindo-se uma

alternativa preponderante para o desenvolvimento do meio rural. O foco das avaliações das empresas de ATER estava em mensurar o aumento da produção e da produtividade, o que não necessariamente significava aumento da renda ou melhorias sociais para o agricultor. A partir da PNATER, as empresas de ATER mudaram seu modo de trabalho, as ações que eram baseadas apenas na transferência de tecnologia alcançaram outro âmbito, passando incorporar a realidade local e as necessidades sociais dos agricultores na construção de novos saberes (ASBRAER, 2007).

A PNATER, estimulou o crescente número de projetos realizados por organizações não governamentais (ONGs) voltados para a promoção da ATER, com foco na transição do modelo produtivo convencional para um modelo mais sustentável de produção. Projetos como estes carregam em si uma série de aspectos sociais, culturais, econômico, ambientais, educacionais entre tantos outros, daí vem à dificuldade e o desafio de identificar qual método é capaz de realizar a avaliação destes projetos, considerando as suas peculiaridades.

Nesse sentido, este artigo aborda o método utilizado para a avaliação, proposta pelo investidor do Projeto Brotar Nascentes (PBN), de natureza socioambiental, desenvolvido pelo Grupo Ambientalista Nascentes (GANNA) e patrocinado pelo Programa Petrobras Ambiental em parceria com o Governo Federal, executado em doze comunidades rurais do município de Santo Antônio de Jesus, no recôncavo baiano, cujas atividades foram desenvolvidas com foco na recuperação de nascentes e corpos hídricos, promoção da educação ambiental e Assistência Técnica e Extensão Rural.

Nesse sentido, discorre ainda sobre o conjunto de indicadores avaliativos instituídos pelo investidor principal no período de 2012 a 2015, como critério de aferição para atestar o êxito ou fracasso do Projeto. Portanto, partindo do PBN no contexto da avaliação a partir de parâmetros e indicadores pré-estabelecidos e rigor metodológico estabelece a discussão aqui posta.

No tocante, a avaliação de Políticas Públicas, Arretche (1998) destaca que avaliar, antes de qualquer coisa, é atribuir um valor, uma medida que aprove ou não uma política ou programa público, analisando a partir de uma concepção de justiça, neste sentido uma avaliação não pode se limitar a ser apenas instrumental, técnica ou neutra. Portanto, deve

estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e seus resultados, tendo como parâmetro a relação entre os objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos.

Destaca-se ainda, o papel das Organizações da Sociedade Civil (OSC) como parte da estrutura da sociedade contemporânea, uma vez que, representam a parceria entre o Estado e a sociedade civil no sentido de transferir recursos e responsabilidades do Estado para estes grupos, principalmente no que tange à implementação de Políticas Públicas. O seu sucesso está diretamente ligado à forma como os recursos são aplicados pelas organizações, ao cumprimento dos objetivos previstos e à geração de benefícios e mudanças significativas e perenes. Sendo assim acredita-se que somente poderão ser encontradas respostas reais a partir da adoção de um processo de avaliação criterioso (Frasson, 2001).

Ainda de acordo com o autor citado, a demanda por avaliações deste tipo de projetos vem crescendo de forma significativa no mundo, principalmente devido à expectativa dos órgãos financiadores por conhecer os resultados gerados a partir de suas doações.

Assim, o presente artigo está dividido em duas seções, além dessa introdução, apresenta no primeiro momento, os aspectos conceitual e histórico da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural contextualizando-a no arcabouço da concepção e ciclo das políticas Públicas e projetos socioambientais, logo após apresenta o histórico do Projeto Brotar Nascentes e sua interação com a PNATER. Por fim, serão apresentados nas considerações finais pontos relevantes acerca da temática abordada.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE ATER

A mensuração dos fenômenos sociais no mundo ocidental, de maneira sistematizada e criteriosa tem início a partir dos anos 70, junto com o surgimento da agenda ambiental e do conceito de desenvolvimento sustentável, havendo, portanto, a necessidade de desenvolver instrumentos capazes de demonstrar o progresso em direção à sustentabilidade. Porém, os fenômenos sociais e ambientais apresentam certa complexidade por apresentar características diferenciadas em cada situação, sendo necessário o reconhecimento de questões qualitativas, históricas, saberes locais e especificidades do local em estudo, o que dificulta a mensuração por meio de parâmetros simples e padronizados, A avaliação de projetos socioambientais vai muito além de tabular dados, sendo de extrema importância o reconhecimento da realidade a ser avaliada.

Tradicionalmente, a literatura apresenta diversos meios de avaliação, inúmeros são os métodos existentes, estes variam de acordo com o universo de estudo, as unidades de análise, as hipóteses, o modelo de amostra, o plano de análise, o contexto e as formas de recolher a informação, os instrumentos de coleta de dados, as formas e passos do processamento e as técnicas a serem utilizadas (Franco & Cohen, 2013).

Sobre o conceito de projeto, sua definição remete a um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados. Um conjunto de projetos com objetivos em comum formam um programa, que juntos implementa as Políticas Públicas (Franco & Cohen, 2013).

Uma instância central do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão metas, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que serão verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo (Franco & Cohen, 2013).

Sendo assim, a situação problema é o foco do processo de avaliação, o motivo maior para elaboração dos planos, programas e projetos. O avaliador não objetiva apenas observar a estratégia de implementação ou a consistência interna de uma dada ação, mas questionar sobre as mudanças que efetivamente aconteceram na realidade. Na literatura, mais comumente são utilizados dois tipos de avaliação: a avaliação de eficiência e a avaliação de eficácia (Cotta, 1998)

Para a avaliação de um projeto, é necessário ter a clareza de que os seus resultados estão representados pelos efeitosⁱ por ele provocados, a partir dos resultados dos efeitos de um projeto temos os impactosⁱⁱ por ele provocados (Franco & Cohen, 2013). Ambos os conceitos provêm dos objetivos definidos para o projeto.

Podendo ser o conceito de avaliação está estabelecido na etapa que se propõe mensurar o desempenho dos programas que executam uma Política Pública. É necessário, portanto a definição de medidas capazes de promover esta aferição, contudo os critérios pluralizam-se na literatura, ocorrendo, ressalvada as devidas proporções, certa falta de consenso entre os autores, principalmente referente aos aspectos metodológicos e conceituais,

dificultando o uso da ferramenta por falta de um padrão pré-estabelecido capaz de comparar os diversos resultados obtidos em diferentes avaliações (Costa & Castanhar, 2003).

Diante da diversidade de critérios, entende-se o processo avaliativo exige a estruturação parâmetros específicos, fazer escolhas entre as possibilidades disponíveis, considerando que a definição tende a variar de acordo com os aspectos que se deseja privilegiar na avaliação. Todavia, o critério mais usualmente utilizado é a mensuração da eficiência na gestão de programas públicos.

Os indicadores podem ser compreendidos como variáveis carregadas de significados, a partir de uma abordagem científica, capazes de refletir de forma prática, em se tratando da dimensão socioambiental, foco do estudo desta pesquisa, as relações entre o homem e o ambiente, neste caso o uso de indicadores deve agregar e quantificar as informações a fim de que fiquem mais evidentes, obtendo resultados que possam subsidiar decisões e por sua vez a comunicação (Van Bellen, 2006).

A seleção dos indicadores deve incorporar tanto o saber local e sua visão de mundo, como informações externas impregnadas de outras visões, e que são agregadas em seu sistema de tomada de decisão não-linear, mas de certo modo maleável e adaptado à contextos. (Vivan & Floriani, 2009).

Ainda de acordo com Vivan e Floriani (2009, p.11):

A geração de indicadores é um processo eminentemente criativo e baseia-se na motivação, informação e flexibilidade, condicionados, entretanto pela disponibilidade financeira e de tempo. A seleção constitui o momento mais importante, e a partir de critérios e padrões comuns é possível uma comparação adequada. Por outro lado, os indicadores agem como signos pelos quais transmitem-se pensamentos acerca da realidade avaliada Estas informações são obtidas integrando-se técnicas participativas de reflexão individual e coletiva, com checagem e reelaboração de indicadores e formas de monitoramento.

Em sentido similar, Garcia (2013, p.25), demonstra o grau de complexidade que permeia a discussão sobre avaliação:

Discutir avaliação é procurar entender as suas complexas relações como um conjunto de políticas e práticas pautado em pressupostos epistemológicos, políticos, éticos e sociais que envolvem, essencialmente, algumas questões sobre: qual o modelo de avaliação; quem são

os sujeitos; o que avaliar; quando avaliar; como avaliar; quais os fins da avaliação; quais usos serão feitos da coleta das informações e dos resultados obtidos. Avaliação não é um ato isolado, com um fim em si mesmo; ela faz parte de toda trajetória da ação educativa, desde a etapa do planejamento, da implementação e dos resultados da ação, ou seja, é um caminho necessário que acompanha e possibilita modificações em todo o percurso da própria ação.

Nesse contexto, para a seleção de uma matriz de indicadores capazes de refletir os efeitos socioambientais das ações realizadas por projetos realizados em comunidades rurais, como é o caso do PBN, é extremamente relevante que sejam considerados os saberes locais, as relações existentes e a realidade socioambiental destas localidades.

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO PROJETO BROTAR NASCENTES

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) implementada em 2003, define que a missão desta política é:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004, p.9).

No sentido de implementar sua missão, a PNATER estabelece e está baseada em seis princípios norteadores conforme o artigo 3º. da lei específica da Política, sendo estes:

Art. 3º São princípios da PNATER:

- I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

De forma sintética, avançando nas premissas principais da PNATER, sabe-se que três bases a sustentam: o fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar; gestão participativa e cogestão, entre órgãos, instrumentos e as próprias famílias e comunidade atendidas e a adoção de um modelo agroecológica de produção para o desenvolvimento do setor.

Partindo deste pressuposto, informações do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), estabelece outras finalidades da política, além das quais já foram postas aqui. Assim, tem-se como preconização da referida política:

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2004, p.7).

O modelo hegemônico de desenvolvimento rural brasileiro perpassa pelo agronegócio. Conjuntura cercada tensões e impasses com outros modelos de produção adotados por agricultores familiares, indígenas, quilombolas, entre outros, que são classificados como povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2007).

Desse modo, nota-se a preponderância do agronegócio como impulsionador da produção de alimentos, tido como principal agregador para a riqueza econômica do país, mesmo quando dados apontam a força da Agricultura Familiar para o segmento. Por trás deste dilema, importantes problemas se apresentam e se agravam, sejam eles de ordem social, econômica e ambiental.

Um modelo de produção com base na agricultura sustentável, onde ocorre a justa distribuição de terra, relações de trabalho dignas, proteção dos recursos naturais e produção de alimentos seguros e verdadeiramente saudáveis se configura como uma saída para o desenvolvimento rural, porém, é importante que se discuta amplamente este conceito afim de que se alcance entendimento, principalmente, da vastidão de elementos por ele abarcada.

As teorias desenvolvimentistas trazem consigo fórmulas e padrões rigorosos, apresentando soluções milagrosas para os problemas e necessidades da humanidade. Associam o desenvolvimento com a industrialização e índices econômicos favoráveis,

desconsiderando as variáveis sociais, ambientais e culturais existentes em um mundo tão diverso. No meio rural a lógica disseminada não é diferente e a luta de muitos movimentos sociais visa a sua desconstrução.

Para Sen (2010) uma concepção adequada de desenvolvimento não deve se ater apenas a questões como acumulação de riquezas, aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e outras variáveis relacionadas a renda, deve, portanto, estar relacionado também à melhora da vida que se leva e das liberdades que são desfrutadas, permitindo que as pessoas sejam seres sociais mais completos, que possam pôr em prática suas vontades, interagir e influenciar o mundo que se vive.

Corroborando com tais ideias, Guterres (2006, p.132), enfatiza:

Urge o resgate de identidades locais, tradicionais e culturais de saberes populares (identidade de classe), para que possamos construir um desenvolvimento rural sustentável, contrapondo o avanço convencional “modernizador” que se impõe e coloca em risco o futuro do meio ambiente e da população brasileira.

Altieri (2012) por sua vez, aponta a relevância da produção de alimentos permanecer nas mãos de pequenos produtores com o objetivo de proteção aos meios de vida, emprego, segurança alimentar e a saúde das pessoas, assim como o meio ambiente. Para que ocorra o rompimento do círculo vicioso da pobreza, de baixos salários, do êxodo rural, da fome e degradação ambiental, é preciso, portanto, alterar o modelo agrícola de grande escala, com base em grandes propriedades e no livre comércio voltado para a exportação.

O autor elenca ainda, alguns motivos para que a revitalização da agricultura familiar campesina seja apoiada, considera, portanto, que as pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial, pois, são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas e se diversificadas representam modelos de sustentabilidade (Altieri, 2012).

Apesar da tentativa constante da literatura indicar a inserção da variável social nas questões ambientais e vice-versa, a aplicação das políticas públicas acontece de maneira isolada, quando se trata principalmente em considerar e dar voz às comunidades tradicionais locais, sejam do campo, ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou de qualquer outra natureza.

Nesse contexto, tem-se na agroecologia, uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável, uma vez que, tem-se nessa perspectiva agrícola, um conjunto de técnicas e conhecimentos provenientes dos agricultores e das suas experiências, sendo assim, favorece a capacidade das comunidades locais em experimentar, reconhecer e expandir seu poder de inovação tecnológica, com foco na diversidade, na sinergia, reciclagem, integração e interação, trazendo muito forte o aspecto da participação da comunidade.

Para a agroecologia, o ponto mais importante está no desenvolvimento dos recursos humanos, é o que norteia todas as estratégias na tentativa de ampliar as opções para a população rural, especialmente as menos providas de recursos financeiros (Altiere, 2012).

Dentre os enfoques do cultivo agroecológico, aponta-se: fomento à autossuficiência para as necessidades alimentares e a promoção da produção de grãos e outros alimentos; com o olhar para o abastecimento dos mercados locais, diminuído os circuitos entre a produção e o consumo de alimentos, capaz de evitar a perda de alimentos, desperdício, e gastos com transporte.

A Lei 12.188/2010 constituiu-se o marco legal que instituiu formalmente a PNATER. Nela foram preconizados que os serviços de ATER são dedicados à agricultura familiar e trabalham com princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável, a participação social, a produção de base agroecológica e a qualificação das políticas públicas, entre outros.

O PBN, realizado pelo GANA, no município de Santo Antônio de Jesus-BA, financiado por duas vezes consecutivas pela Petrobrás, através do Programa Petrobras Ambiental e teve como objetivo principal:

Contribuir para a reversão do processo de degradação de corpos hídricos em pequenas propriedades rurais do município de Santo Antônio de Jesus com a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social das mesmas, apoiado na estratégia principal de assistência técnica e extensão rural (GANA, 2012).

As comunidades que participaram do projeto são formadas por pequenos produtores praticantes da agricultura familiar, na sua maioria, de lavoura de mandioca e laranja, além de pastagens que chegam até as margens de córregos, nascentes e rios. Antes das atividades do PBN, foram notados em alguns, a ocorrência de desvio dos cursos d'água e

mais grave ainda, o aterramento de nascentes. A mandioca é o produto agrícola mais importante para a região e seus derivados podem ser facilmente encontrados em todas as feiras e mercados. Vale ressaltar que a mandioca é beneficiada nas casas de farinha da própria região, hoje, muitas já são motorizadas e buscam a produção industrial.

Para este artigo, são relatados os indicadores de avaliação utilizados pelo PBN, no período de execução da sua segunda etapa compreendida entre 2012 e 2015, para as ações ancoradas nos princípios da PNATER, que tiveram como objetivo a promoção e disseminação de ferramentas que possibilitassem o início da transição do modelo de produção de alimentos por meio da agricultura convencional que é pautado em monoculturas, uso de insumos agroquímicos que acarretam altos custos ambientais e sociais, como perda de biodiversidade, desertificação de solos agricultáveis, poluição de corpos hídricos, entre muitos outros, para o modelo agroecológico que apresenta uma relação oposta para com o meio ambiente.

Segundo versão final do PBN, a primeira etapa foi a etapa de diagnóstico e mobilização social, neste sentido foram realizadas visitas às propriedades rurais participantes do projeto, com o intuito de estabelecer e fortalecer um diálogo com estas famílias, como parte de um processo de investigação da realidade local e identificação da maneira como cada morador lida com a terra e como enxerga os elementos do ambiente. O facilitador visitou cada propriedade, convidando e estimulando os agricultores para a participação nas atividades propostas no decorrer do projeto (GANA, 2012).

Posteriormente, se iniciou a etapa de formação, realizada através de cursos de formação prática com o objetivo de instrumentalizar os agricultores para a realização de ações promotoras da sustentabilidade da sua produção, a partir da sua realidade. Desenvolver habilidades significa tornar o indivíduo capaz de, a partir de sua análise consciente, discutir e gerar soluções reais e adequadas aos problemas ambientais em seu entorno (GANA, 2012).

Segundo informações apresentadas em relatórios produzidos pelo Gana, a etapa dedicada à formação, realizou 08 cursos práticos de formação prática com 8 horas cada, para 160 agricultores cada com os temas: manejo agroflorestal; gestão sustentável de Sistemas Agro Florestais (SAF); beneficiamento de frutas locais; técnicas alternativas de manejo do solo; substitutos ao uso de agrotóxicos; artesanato com sementes, folhas e frutos de plantas nativas da Mata Atlântica; cultura sustentável da mandioca; práticas ecoeficientes nas propriedades rurais – captação de água de chuva, bacias de evapotranspiração, aquecimento

solar simplificado; manejo dos resíduos sólidos na zona rural – compostagem e artesanato; associativismo e cooperativismo; segurança do trabalho no campo.

Outra etapa importante foi a interação e intercâmbio de experiências, quando foram realizados 05 dias de campo em propriedades rurais que já praticam agricultura sustentável, agroecologia e sistema agroflorestal. Estas visitas técnicas objetivaram a interação entre conhecimentos e práticas sustentáveis de agricultura e preservação ambiental entre os agricultores do projeto e outros projetos similares, como o Instituto Mãe Terra, na cidade de Ubaíra e o Gambá, em Elísio Medrado ambos parceiros do PBN.

Realizou-se ainda, um Seminário Rural sobre Recuperação de Matas Ciliares e a Sustentabilidade Ambiental e Econômica em Pequenas Propriedades Rurais com carga horária de 16 horas, tendo sido um importante evento para a construção de um espaço de diálogo entre as instituições de proteção ambiental e a população rural de Santo Antônio de Jesus e região. O evento contou com a participação de instituições de ensino superior parceiras do GANA como a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e a Universidade Federal do Recôncavo a Bahia (UFRB) e promoveu debates sobre a importância da manutenção e da recuperação das matas ciliares para a reconquista de água de boa qualidade para todo o município e região. Também divulgou práticas agropecuárias sustentáveis social, ambiental e economicamente totalmente adequadas e adaptáveis às pequenas propriedades rurais predominantes em Santo Antônio de Jesus e região.

Durante a elaboração do PBN, pactuou com o *stakeholder* uma matriz de indicadores atrelados a resultados esperados e meios de aferição, indicando que por tais indicadores seria realizada a avaliação do Projeto. A matriz está exposta no quadro 1.

Quadro 1 – Matriz de indicadores pactuado no PBN

Objetivo Geral: Contribuir para a reversão do processo de degradação de corpos hídricos em pequenas propriedades rurais do município de Santo Antônio com a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social das mesmas.				
Objetivo Específico	Principais Ações	Resultados Esperados	Meios de Verificação	Indicador
1-Elaborar e implementar um plano estratégico participativo de recuperação ambiental das	1.3-Aplicar questionário junto aos proprietários.	Definição dos modelos de Sistema Agro-florestais, por propriedade.	Relatório fotográfico. Relatório técnico com questionários anexados. Elaboração de	Nº de agricultores entrevistados.

matas ciliares de nascentes e outros corpos d'água das microbacias do Rio Taitinga e Rio da Dona;			Projetos individuais dos Sistemas Agroflorestais.	
	1.12-Promover 01 Seminário sobre Recuperação de Matas Ciliares e a Sustentabilidade Ambiental e Econômica em Pequenas Propriedades Rurais.	Estabelecer um espaço de diálogo da temática entre as comunidades envolvidas no projeto e a sociedade santoantoniense, inclusive a nível acadêmico.	Relatório fotográfico. Filmagem. Lista de presença.	Nº de participantes Nº de comunidades/cidades representadas
2.0-Sensibilizar e capacitar os atores sociais locais para o desenvolvimento sustentável e a proteção dos recursos hídricos.	2.1-Construir 01 unidade demonstrativa de técnicas agroecológicas.	Propagação e desenvolvimento de técnicas agroecológicas em Santo Antônio de Jesus e região.	Relatório técnico quadrimestral de funcionamento da unidade. Relatórios fotográficos de visitação. Listas de visitação.	Nº de espécies utilizadas
	2.2-Promover 08 cursos práticos de formação e instrumentalização dos agricultores em práticas de agricultura sustentável.	Disseminação de conhecimentos e práticas sustentáveis de agricultura, manejo e uso do solo. Mudança nas práticas de produção rural, manejo e uso do solo.	Lista de presença. Relatório fotográfico.	Nº de participantes Nº de comunidades representadas
	2.7-Promover 05 dias de campo em propriedades rurais.	Proporcionar a interação entre conhecimentos e práticas sustentáveis de agricultura e preservação ambiental entre os agricultores do projeto e outros grupos correlatos.	Relatório fotográfico. Lista de presença.	Nº de participantes Nº de comunidades representadas
3.0-Fortalecer a sustentabilidade ambiental, econômica e social nas comunidades que	3.3-Promover 03 cursos de formação para o manejo sustentável do solo e recursos hídricos.	Promover a formação técnica dos proprietários rurais para que apliquem os princípios da	Relatório fotográfico. Lista de presença.	Nº de participantes Nº de comunidades representadas

participaram da primeira etapa do projeto.		sustentabilidade em suas propriedades.		
	3.4- Implantar programa piloto de técnicas agroecológicas e sistemas agroflorestais em 03 propriedades rurais.	Estabelecer centros de desenvolvimento e disseminação de técnicas agroecológicas e de manejo de sistemas agroflorestais.	Relatórios trimestrais de acompanhamento. Termos de compromisso com os proprietários para continuidade das ações após o término do projeto.	Nº de Programas Pilotos implantados
	3.5- Realizar 06 encontros, com frequência quadrimestral, de diálogo com agricultores	Desenvolvimento de sentimento de pertencimento e responsabilidade pelos problemas ambientais e sua resolução para a sustentabilidade das ações de recuperação florestal.	Lista de presença. Relatório fotográfico.	Nº de participantes Nº de comunidades representadas

Fonte: GANA (2012)

A matriz lógica estabelecida pelo *stakeholder* apresentam similaridade com o modelo proposto pelos autores aqui citados, contudo, observa-se um distanciamento entre as ações e os indicadores constituídos.

Destaca-se aqui, a relevância de estruturar um modelo de avaliação representado pelos indicadores que pode ser enquadrado como o método de avaliação de metas, considerado o modelo mais comum de avaliação. Nesse contexto, Costa e Castanhar (2003, p.979) aponta que a avaliação:

Tem como propósito medir o grau de êxito que um programa obtém com relação ao alcance de metas previamente estabelecidas. Metas do programa são os produtos mais imediatos (ou concretos) que dele decorrem — pessoas atendidas em centros de saúde; número de leitos hospitalares; número de horas de aula, entre outros.

Esta forma de avaliar pressupõe que o êxito de programa é medido pelo cumprimento das suas metas. Sendo uma avaliação realizada posterior à execução do projeto ou programa. As desvantagens desta maneira de avaliar estão “na dificuldade de especificar as metas de forma precisa; a existência de várias metas; a seleção de metas a serem incluídas no

processo de avaliação; mudanças nas metas ao longo da própria execução do programa” (Costa & Castanhar, 2003).

Ainda de acordo com os autores, tratando das dificuldades nos processos avaliativos, destacam:

O grande desafio para a disseminação da prática da avaliação de projetos no setor público é, sem dúvida, encontrar formas práticas de mensurar o desempenho e fornecer ao responsável pela gestão dos programas sociais, bem como para os demais atores envolvidos, informações úteis para a avaliação sobre os efeitos de tais programas, necessidade de correções, ou mesmo da inviabilidade do programa (Costa & Castanhar, 2003, p.987).

Apesar de usar um marco lógico onde foram estabelecidos indicadores relevantes, observa-se que a avaliação do PBN é imprecisa e frágil. Nota-se significativo distanciamento entre a essência de um processo avaliativo e o procedimento realizado no PBN.

O processo avaliativo aconteceu sem o envolvimento do público alvo, dos executores e dos parceiros, a participação dos envolvidos teria sido muito válida para a avaliação dos resultados alcançados, considerando que a etapa de diagnóstico (ex-ante) aconteceu de forma participativa, por meio de visitas às propriedades e aplicação de questionários, o que teria subsidiado a avaliação posterior (post-facto) ao realizar o comparativo dos dois momentos.

Este processo de avaliação apresentou uma preocupação essencialmente gerencial e superficial, com foco apenas em indicadores quantitativos, em projetos socioambientais outras variáveis devem ser avaliadas afim de mensurar as experiências e a efetividade das ações na promoção da melhoria de vida das comunidades, carecendo, portanto de indicadores e métodos capazes de realizar uma avaliação qualitativa, considerando que projetos como este interferem em aspectos muito peculiares do ser humano como a forma de se relacionar com o meio, com sua comunidade e até mesmo com seu modelo produtivo. Do ponto de vista metodológico, a avaliação realizada adota uma abordagem estanque, tratando o projeto como um conjunto de ações que tiveram início, meio e fim, e não como processo de formação, sensibilização e transformação da realidade local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o recorte das ações do PBN, verificou-se a aderência dos princípios da PNATER com os objetivos do Projeto, uma vez que, ao contribuir para a reversão do processo de degradação de corpos hídricos em pequenas propriedades rurais do município de Santo Antônio com a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social das mesmas, traz em si os princípios da PNATER, por tentar contribuir com a sustentabilidade das propriedades rurais, vindo a se reafirmar também nos objetivos específicos e nas suas ações quando apresenta aspectos norteadores como participação, saberes locais, transição do modelo produtivo convencional ao modelo agroecológico, valorização dos atores locais, troca de experiências entre comunidades e até mesmo o envolvimento de jovens pensando na permanência deste no campo.

Nota-se, no entanto, significativa limitação dos critérios no quesito avaliação exigido pelo financiador que se atém principalmente em números imediatistas, frios e pouco representativos dos possíveis efeitos provocados por este projeto na vida das comunidades e de todos os envolvidos com a própria equipe executora, parceiros, moradores da zona urbana e cidades circunvizinhas. Além de desconsiderar possíveis efeitos a longo prazo.

Sugere-se, portanto, que a avaliação de um projeto de tal teor aconteça de forma participativa, com indicadores construídos de maneira conjunta entre os diversos atores e que sejam capazes de abarcar toda dimensão da política e sua capacidade de transformação social na vida do público-alvo beneficiário.

É importante ressaltar que indicadores ambientais ou de desenvolvimento social ainda estão em construção em todo o mundo, em alguns países em estágio mais avançado que outros, porém é imprescindível construir de forma participativa um marco lógico capaz de aferir com certa amplitude as dimensões básicas da política pública aplicada.

Após a realização da discussão aqui exposta, entende-se que é necessário avançar na pesquisa, inclusive agregando outros parâmetros e abordagens de avaliação no sentido de realizar uma aferição em outros âmbitos e olhares. Dessa forma, haverá elementos suficientes para atestar se realmente o PBN proporcionou ou contribuiu, e em qual dimensão para um modo de vida mais sustentável, a partir de valores de respeito, responsabilidade e qualidade pelo meio ambiente e pelo futuro.

5. REFERÊNCIAS

- Altiere, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Arretche, M. T.S. (2008). Tendências no estudo sobre avaliação. In Ricco, E. M. (Org), *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate* (pp. 29-39). São Paulo, SP: Cortez.
- ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. (2007). *Projeto Indicadores De Avaliação De Resultados De ATER*. Belo Horizonte, MG: Instituto Cultiva.
- Costa, F. L. & Castanhar, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, 37(5), 969-92.
- Cotta, C. T. (1998). Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. *Revista do Serviço Público*, (1), 103-124.
- Decreto n. 6040*, de 7 de fevereiro de 2007. (2007, 8 de fevereiro). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República.
- Franco, R. & Cohen, E. (2013). *Avaliação de Projetos Sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes.
- Frasson, I. (2001). *Critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GANÁ. (2012). Projeto Brotar Nascentes, Santo Antonio de Jesus.
- Garcia, R. P. M. (2013). *Avaliação da aprendizagem na educação a distância na perspectiva comunicacional*. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB.
- Guterres, I. (2006). *Agroecologia militante: Contribuições de Enio Guterres*. São Paulo, SP: Expressão popular.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2002).

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2004). *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. MDA/SAF/Dater.

Peixoto, M. (2008). *Extensão Rural no Brasil: Uma Abordagem Histórica da Legislação*. Brasília, DF: Conleg.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Van Bellen, H. M. (2006). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. São Paulo, SP: FGV.

Vivan, J. L. & Floriani G.S. (2009). Construção participativa de indicadores de sustentabilidade em sistemas agroflorestais em rede na Mata Atlântica. In Vilcahuamán, L. J. M., Ribaski, J. & Machado A. M. B. (Org), *Sistemas agroflorestais e desenvolvimento com proteção ambiental: práticas e tecnologias desenvolvidas* (pp. 9-34). Colombo, PR: Embrapa Florestas.

2. ENCERRAMENTO

Ao final da produção deste trabalho, a autora considera importante a apresentação de algumas fotografias e informações capazes de demonstrar algumas das ações realizadas pelo Grupo Ambientalista Nascentes, no Projeto Brotar Nascentes, tendo sido apresentadas nos artigos que compõem o mesmo. Sendo estas:

1.1 Aplicar questionário junto aos proprietários.

Objetivo: Realização de visitas a algumas propriedades envolvidas no projeto, totalizando 10 foram aplicados questionários aos proprietários a fim de identificar as suas necessidades e quereres a respeito da área a ser recuperada e da sua relação com a terra, embasando a construção dos mapas de plantio.

Fotografia 1: Aplicação de questionário



Fonte: GANA (2015)

1.2 Promover 20 mutirões de plantio em propriedades rurais.

Objetivo: Promover ações de recuperação de nascentes de forma educativa e sensibilizadora com estudantes, professores e agricultores parceiros do Projeto Brotar Nascentes, envolvendo toda a comunidade na recuperação dos corpos hídricos.

Fotografia 2: Mutirão de Plantio



Fonte: GANA (2015)

1.3 Promover 08 cursos práticos de formação e instrumentalização dos agricultores em práticas de agricultura sustentável.

Objetivo: Um dos cursos promovido foi o de “Implantação de sistemas agroflorestais” realizado para os agricultores visando um aprofundamento nas técnicas de diversificação de culturas ou policultivos nas propriedades que serão reflorestadas. Esse tipo de cultivo permite um plantio diversificado, rico e carrega junto à biodiversidade, a segurança alimentar, o equilíbrio ecológico, recuperação do solo, controle da erosão do solo e uma segurança na venda dos produtos pela sua diversidade.

Fotografia 3: Curso de Implantação de Sistemas Agroflorestais



Fonte: GANA (2015)

1.4 Promover 03 cursos de formação para o manejo sustentável do solo e recursos hídricos.

Objetivo: Trocar conhecimentos sobre “Alternativas ao uso de Agrotóxicos” estimulando a produção orgânica e agroecológica na comunidade. Foram trabalhados durante o curso, orientações quanto ao uso da Manipueira, urina da vaca e do Nim, para aplicação tanto como suplemento nutricional como defensivo nas lavouras.

Fotografia 4: Curso de Alternativas ao uso de Agrotóxicos



Fonte: GANA (2015)

1.5 Promover 01 Seminário sobre Recuperação de Matas Ciliares e a Sustentabilidade Ambiental e Econômica em Pequenas Propriedades Rurais.

Objetivo: estabelecer um espaço de diálogo sobre a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais a partir da recuperação e conservação de áreas de mata ciliar recuperadas entre as comunidades envolvidas no projeto.

Fotografia 5: Seminário Rural, roda de conversa.



Fonte: GANA (2015)

1.6 Elaborar cartilhas educativas.

Objetivo: Disseminar conhecimento, tendo sido elaboradas de forma participativa, esta cartilha “De olho no meio ambiente” foi elaborada a partir de desenhos das crianças de uma das escolas parceiras do PBN, quando questionada sobre o que significava o meio ambiente para elas, culminando num evento de lançamento da mesma junto com os pais e professores da escola.

Fotografia 6: Cartilha “de Olho no Meio Ambiente”



Fonte: GANA (2015)

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GANNA - Grupo Ambientalista Nascentes. **Relatório Final Brotar Nascentes**. Santo Antônio de Jesus: Grupo Ambientalista Nascentes, 2015.

ⁱ Constituem resultados das ações consideradas pelo projeto, portanto, são verificados durante ou depois do mesmo. (FRANCO E COHEN, 2013, P. 92)

ⁱⁱ Resultado dos efeitos de um projeto exige o estabelecimento de objetivos operacionais e de um modelo causal que permita vincular o projeto com os efeitos resultantes de sua implementação. (FRANCO E COHEN, 2013, P. 92).